

Entrevista: Rodrigo Kamimura

Arquiteto e urbanista, doutorando pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, IAU-USP, Av. Trabalhador São-Carlense, 400, Centro, CEP 13566-590, São Carlos, SP, (21) 98229-0350, rodrigokamimura@yahoo.com.br

São Carlos, 02 de outubro de 2012.

Rodrigo Kamimura Para começar, eu queria saber se você poderia comentar um pouco sobre a atmosfera intelectual e o clima político, especialmente entre os anos de 60 e 64, quer dizer, entre Brasília e o golpe, tentando relacionar um pouco essa questão que não é muito abordada na história da arquitetura, com relação à história política...

Sérgio Ferro Eu quero começar com uma sugestão bibliográfica: o Roberto Schwarz escreveu um artigo excelente sobre esse período cultural, eu acho que vale a pena você recorrer a ele, é a melhor síntese que eu conheço desse período...

RK É o "Cultura e política, 1964-1969"?

SF É, isso. Acho que é um bom apanhado, uma boa síntese e, em particular, acho bastante interessante a oposição que ele faz entre, a partir de 64, a presença da ditadura e a presença política da direita que é estranhamente contemporânea a uma quase hegemonia total do pensamento de esquerda (intelectuais, revistas, universidade, etc.). Um contrabalanço muito estranho, raro, e eu acho que pesa bastante no que acontece nesses anos. Entretanto, o período sobre o qual você pediu para eu falar é um pouco anterior a isso, já que vai de 60 a 64... Nos anos 60, pelo que me lembro, havia uma grande mobilização na esquerda. Desde os CPCs, o movimento estudantil, as publicações, a quase que euforia do Partido Comunista, que dizia "nós estamos quase no poder"..., e isso acompanhado ainda pelas medidas populares, de abertura, do Jango, que não chegaram a ser concretizadas, mas

alimentavam este clima. O debate arquitetônico, mais do que nunca nesse período, seguiu a quase que palavra de ordem do [João Batista Vilanova] Artigas, sobre a função social do arquiteto. Nossos debates raramente se localizavam em torno da produção da arquitetura burguesa, da casinha do burguês, etc., mas da problemática social da habitação popular e dos equipamentos sociais de base para a população: escolas, hospitais, creches, etc. Isso não só como finalidade da arquitetura mas, com relação também aos meios: quais os meios adequados para que se pudesse começar a atender essas necessidades, o que todos nós acreditávamos seria uma reivindicação social próxima. Achávamos que estava chegando a época, nesse mesmo período, em que essas reivindicações, essas necessidades, deveriam começar a ser atendidas. Havia uma grande discussão nesse âmbito. Várias posições, no campo da arquitetura, se apresentam, com propostas bastante diferentes. Eu tenho mais lucidez, no meu caso, a propósito das propostas do Artigas e as nossas, que eram, se bem que visassem o mesmo fim, mais ou menos contraditórias. O Artigas, bem dentro da linha do PC da época, e de um certo tipo de marxismo, que era o marxismo do PC, acreditava que a "missão", no momento, era a de pedir sobretudo, um cuidado muito grande a propósito da evolução das forças produtivas: certos aspectos da construção, da ciência da construção, dos métodos, da elaboração de projeto, etc. Nós, ao contrário, estou falando da Arquitetura Nova, Rodrigo Lefèvre, Flávio Império e eu achávamos que, ao contrário, seria o momento de cuidar das relações de produção. Não seria possível, a nosso ver, pretender atender as necessidades populares, dos mais carentes, e ao mesmo tempo, fazer com que

essa resposta passasse pela exploração dos mesmos personagens, dos mesmos carentes...

RK É a própria dialética do Marx, relações e forças de produção, na base [econômica]...

SF Exatamente. Como pedir, ao operário da construção civil [que] se dedicasse à solução e às questões dos problemas da habitação popular sendo ele mesmo um explorado para resolver essas questões. Isso parecia totalmente absurdo. Para nós, o grande revelador dessa contradição foi Brasília. Brasília, um sonho, um discurso de união nacional, de síntese da nação, quase que de harmonização das classes sociais, etc., propostas que apareciam no desenho do Oscar [Niemeyer], por exemplo, a de não diferenciar a habitação do operário da habitação do técnico, na perspectiva de uma outra sociedade como se nós estivéssemos já lá. No desenho, a proposta é perfeita, não há nada a dizer contra. Entretanto, quando se chega na hora do canteiro, na execução dessas propostas... Há esbarrão; os canteiros de Brasília eram extremamente bárbaros, extremamente violentos. Você deve conhecer artigos, filmes, de hoje em dia, sobre os canteiros de obras de Brasília nesse período. Nossa proposta era, nesse momento, atacar, discutir, tentar modificar as relações de produção para atender essas necessidades. Eu vejo fundamentalmente essas duas posições. Praticamente não existia nenhuma posição importante reacionária – ou, pelo menos, elas se calavam. A discussão pública, a discussão evidente, era praticamente unânime no sentido de: “estamos indo na direção do atendimento de uma outra população até agora excluída. Quais são os meios? Quais são as condições? Como a gente vai fazer?” Basicamente eu acho que as duas posições fundamentais eram essas.

RK Essas posições estavam informadas pelo debate dentro do PCB, ou não?

SF Não. Dentro do Partido Comunista reinava, de maneira bem ortodoxa, a linha tradicional do partido. Desenvolvimento das forças produtivas, desenvolvimento do maquinário, de materiais, das técnicas de produção, etc.

RK Há aquela famosa Declaração de Março de 58, onde o PCB dá uma “guinada”, em relação ao Manifesto de Agosto de 50, que tinha mais a

ver com a tônica dos textos do Artigas de 51, 52, a crítica ao imperialismo, etc. e, em 58, me parece que o PCB já reconhece na própria burguesia brasileira um componente progressista na medida em que poderia fazer avançar as forças produtivas. Isso, entre os arquitetos, nesse período, não tinha essa relação dentro do Partido, ou nos escritórios [de arquitetura]?

SF Essa abertura à burguesia que aparece no partido, achando que a burguesia nacional poderia ter dentro do Brasil um papel revolucionário transformador, é bem típica desse momento. O que causou até, depois, uma posição bastante incômoda para o próprio Partido Comunista. Com a burguesia tendo reagido à pressão social de esquerda com o golpe, mas, ao mesmo tempo, favorecendo a evolução da tecnologia, o Partido Comunista ficou numa situação difícil: por um lado não podia atacar o golpe, porque era um golpe, do ponto de vista tecnológico, e do ponto de vista da aliança com a burguesia, progressista, segundo a visão do Partido Comunista. Mas, ao mesmo tempo, esse golpe representou repressão, para o próprio partido. Inclusive, o Artigas, foi um dos primeiros a serem atacados duramente pelo golpe. Antes do período pesado da repressão, logo no comecinho do golpe, houve um período de repressão mais “tênue”. Dentro da escola de arquitetura houve um tribunal militar instalado, e vários professores foram chamados e, o Artigas, como era militante, reafirmou a posição do partido, e saiu de lá preso... Depois foi para o Uruguai. Os outros, como eu, mentiam: dizer a verdade para militar, de jeito nenhum. Mas fomos chamados, para depor, etc., etc.

RK Era confusa, a situação pós 1º de abril?

SF Muito confusa, muito difícil.

RK Porque, nas revistas, eu vejo que na Módulo, na Acrópole, na Arquitetura, do IAB, não há menção nenhuma ao golpe, isso não aparece, como se a gente continuasse... Pelo contrário, as discussões, sobre a questão do planejamento, centralização do planejamento, parecia mesmo um avanço...

SF Exatamente! Isso criou dois vetores completamente opostos dentro do PC: como conciliar essa adesão no nível da programação econômica geral e, ao mesmo tempo, como aceitar a repressão violenta, feia, que

estava sendo feita na “casa” do próprio partido. Foi um período muito difícil para o partido e foi a partir daí, desse momento mesmo, que começaram a aparecer as várias cisões, dentro do Partido Comunista: o PCdoB, o grupo do Marighella um pouco mais tarde, POLOP, etc. O antigo “Partidão” se esfacelou. Exatamente por causa dessa contradição e das diferentes respostas diante dessa contradição. Mas não havia uma discussão aberta, pública. Mesmo porque, se se começasse a discutir isso publicamente a polícia viria em cima...

RK Sérgio, e o ambiente estudantil pós-64 na FAU?

SF Aí entra em cheio a análise do Roberto [Schwarz]. O movimento estudantil, e muitos outros movimentos em torno da mocidade, o CPC, eram de esquerda... Houve mesmo uma radicalização da esquerda nesse período. Apareceu, logo, no movimento estudantil, um pequeno grupo minoritário, de direita, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), e coisas do gênero. Mas eram elementos marginalizados, localizados. Isso provocou algumas brigas violentas, principalmente entre a [Faculdade de] Filosofia e o Mackenzie, o que chegou a briga de rua, invasão, tumulto, etc.

RK Era mais a Filosofia da USP e o Mackenzie?

SF Eles estavam [fisicamente] um na frente do outro, então... O Mackenzie sempre foi uma escola paga, portanto um pouco mais de direita. E, do outro lado da rua, o núcleo do pensamento contestatário... Seria inevitável que no meio da rua desse briga.

RK E a FAU?

SF A FAU era uma aliada natural da Filosofia, com vários professores comuns – se não me engano o Juarez [Brandão Lopes], o [Gabriel] Bolaffi, e outros... Eu, que tinha um grande contato com a Filosofia através do Roberto [Schwarz], do Ruy Fausto, do Éder Sader... Começamos a pensar, a fazer seminários em comum, tínhamos revistas em comum, etc.

RK A “Teoria e Prática” era uma revista da Filosofia?

SF Era nossa, comum. No começo eu era o diretor, nos dois primeiros números. Depois, como eu

comecei a ficar muito “procurado”, passou pro Ruy.

RK Mas era da Filosofia, e não da Arquitetura, a revista?

SF E nem da Filosofia. O grupo dominante era da filosofia: o Éder acho que é da filosofia nesse período, não me lembro bem; mas o Ruy era, o Roberto era, e eu [era] da FAU. Mas havia vários outros professores que não eram do corpo “oficial” da Filosofia.

RK [A revista] era independente? Como era publicada? Como era feita?

SF Era um grupo independente. A gente arranjava meios através da contribuição de aliados, evidentemente não pagávamos os artigos, eram de militantes. Mais dentro da filosofia do que da arquitetura, Teoria e Prática era uma espécie de revista de intelectuais mais ou menos envolvidos com a resistência ao golpe. Envolvidos em organizações mais violentas, como eu, ou com organizações menos resistentes. Mas todo o pessoal fazia parte, direta ou indiretamente, dos grupos de resistência ao golpe naquele momento. Isso eu acho que caracteriza mais do que “filosofia” ou “arquitetura”. A característica maior é política e não de profissão.

RK Eu queria saber o que você poderia comentar sobre a atuação dos profissionais, dos arquitetos, etc., junto às instituições e órgãos de classe – os “aparelhos privados de hegemonia”. Ou seja, nesse caso, dentro do IAB, do CREA, dos sindicatos, da UIA. Como era? Os arquitetos chegavam a discutir questões “críticas” dentro da “sociedade civil”? Ou isso não chegava? (tem um pouco a ver com aquela confusão sobre a qual a gente falou, se o golpe era progressista, se não era, etc.)

SF O CREA, no meu tempo, era um órgão muito técnico. Diploma, validade do diploma, pode exercer, não pode exercer, etc. Eu não me lembro de grandes debates mais “profundos” do CREA naquele período. Eu não me lembro se o Sindicato dos Arquitetos foi formado nesse período, não me lembro mais a data¹. O Sindicato dos Arquitetos evidentemente discutia “politicamente”, mas bem dentro de uma ótica sindical: defesa dos profissionais, sobretudo dos empregados de escritórios de arquitetura e empregados de organismos públicos. Evidentemente,

¹ No caso do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo (SASP), a sua criação data de 1971.

como em todo sindicalismo, toda organização sindical, a discussão estava presente. Mas em função da luta sindical. O IAB, ao contrário, naquele período era um órgão de discussão bastante aberto. As questões de urbanismo, de arquitetura, nacionais, eram amplamente discutidas. Lá dentro do IAB existiam grupos de posições políticas bastante diferentes. Ocorre que no IAB, por exemplo, o pensamento de direita, ou, pelo menos, “burguês quieto”, tinha já um peso bem maior que nas escolas de arquitetura, bem maior que dentro do movimento estudantil. As discussões, portanto, no IAB, eram mais abertas. Não era uma discussão dentro da esquerda, era uma discussão em que a esquerda discutia posições políticas e sociais contrárias às vezes; mas assim mesmo, a posição da esquerda e a presença da esquerda eram absolutamente dominantes. O pessoal, digamos, entre aspas, da “reação” – a palavra não é boa – tinha uma certa dificuldade em se fazer ouvir. Um pouco mais tarde, não me lembro em que ano, houve uma mudança na direção do IAB: passou, grosso modo, da mão dos aliados diretos e indiretos do Artigas, para os aliados do [Alberto] Botti... Foi um trauma, um escândalo, ninguém compreendia direito como havia sido possível aquela inversão. Nesse clima político o que precisa ser sentido é que, se publicamente a esquerda era dominante, como diz o Roberto, tinha a hegemonia pública do debate, a reação muda era enorme, gigantesca. Os que aderiam ao golpe eram bastante numerosos. Mas muitos, a maioria, talvez, reagindo contra a violência extensiva e grande dos golpistas, se calavam. Mas na hora de um voto secreto, isso podia aparecer.

RK Isso parece ser recorrente, não é? Na história, em geral, no confronto esquerda-direita, parece que a esquerda sempre tem uma capacidade de articular produção cultural, textual, etc. Mas existe uma reação “subreptícia”, que parece nem estar lá...

SF Parece que não está lá e que não existe. Mas na hora do voto secreto, em que não precisa haver declaração pública, ela aparece, e bastante em evidência. Sobre isso que você disse, “a esquerda sempre tem uma capacidade de articular...”, curiosamente, acho que está desaparecendo agora. Por aqui não sei, porque conheço muito pouco, mas na Europa a direita já começa a perder completamente o pudor de se mostrar “de direita”. Cada vez mais, na Europa, a vida cultural

é dirigida por uma “centro-direita” – quanto mais amorfo for, melhor é; ela se autodefine pouco, define mais seus inimigos do que ela mesma. Mas está tomando um vulto muito grande. Essa hegemonia da esquerda na vida cultural, presente desde o começo do século XIX – pelo menos fora dos Estados Unidos – até os anos 60, 70, por aí, agora, em 90, se inverteu.

RK Você chegou a ser assessor do [Ciccillo] Matarazzo? No MAM [Museu de Arte Moderna de São Paulo]?

SF Na Bienal.

RK Você poderia comentar um pouco sobre isso?

SF Aí há dois aspectos – onde um é completamente secundário. Como eu era um militante da resistência armada, era muito importante, para mim, ter uma aparência inversa. Nesse período me vestia bem à beça, “elegantíssimo”, aquela coisa toda, e aparecia muito na vida cultural paulistana: Museu de Arte, em dia de inauguração de exposição, na Bienal, etc., o que para mim era uma cobertura excelente. O [delegado] Fleury teve uma grande dificuldade em me localizar. Ele sabia o meu nome, chegou a prender outros “Sérgios Ferros”, mas tinha dificuldade em aceitar: “aquele menininho burguesinho, com gravatinha, ‘elegantinho’, penteadinho, etc., um ‘burguesão’, não casa com o outro...”. Passei mais de um ano assim. Mas isso é secundário. Eu também participava da Bienal porque sempre fui pintor, era pintor antes de ser arquiteto, e me interessava pela Bienal, profundamente. Um lugar em que a arte contemporânea, a arte moderna, naquele tempo estava sendo tratada. O Ciccillo me tomava como conselheiro pessoal dele. Sujeito simpaticíssimo, burguês, maduro, naquele jeito dele, mas boa gente, aberto, nada rigoroso nas escolhas dele. Não muito “brilhante”, mas com poder econômico e social para criar a Bienal. Ele e a D. Yolanda [Penteado] foram capazes de criar tudo, como só eles poderiam, com os contatos sociais, os contatos com o governo... E eu era um pouco conselheiro íntimo dele. Sentava do lado dele e cada vez que se falava em um pintor, em um artista, um movimento, ele perguntava: “o que é questo?”, e eu explicava um pouquinho na orelha dele o que era, o que não era, e, no fim, a pergunta era sempre assim: “è buono?”, aí eu dizia “sim”, “não”, etc. Por isso, inclusive, em 1970 eu viajei

para a Europa pela primeira vez como representante para organizar a Bienal lá, visitei todas as capitais. Ao mesmo tempo, eu era amicíssimo do [Pietro Maria] Bardi, que era “inimigo” do Cicillo, mas eu circulava nos dois âmbitos. Ele [Bardi] também tem um peso intelectual bastante grande através do MASP.

RK Você acha que a partir dessa matriz teórica e prática que você, o Rodrigo e o Flávio mobilizaram a partir dos anos 60, dessa preocupação em relação à produção do edifício, dá para extrapolar estas questões em direção à dimensão urbana, envolvendo questões como adensamento, zoneamento, ou seja, essas preocupações, da produção do edifício e das relações de produção no canteiro, vocês chegaram a pensar isso em relação à cidade?

SF Não. O Rodrigo começou esse trabalho, só ele desenvolveu mais, no período em que eu não estava aqui. Entre, digamos, 70 e... quando eu voltei, quando pude voltar ao Brasil, em 77, ele já tinha avançado bastante nisso. Em 77, quando houve uma reunião da SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], foi a primeira ocasião em que eu pude voltar ao Brasil, e lá fiz uma primeira conferência; houve um debate na FAU, logo em seguida, com o Rodrigo, o Paul Singer, e eu. Lá o Rodrigo apresentou, eu não sei se existe documento disso, um trabalho que ele já vinha propondo a tempo, a propósito da renda da terra, da relação urbana...

RK Há um livro da Ermínia Maricato², de 1979, em que ela reuniu cinco textos... tem o texto do Rodrigo no qual ele fala da renda da terra, renda diferencial I e II...

SF Isso, isso. Agora, em termos mais gerais, eu acho que quando falamos do canteiro, da produção, isso leva imediatamente a uma questão quase que exclusivamente técnica. Há uma dimensão técnica, mas o fundamental é exatamente o trabalho no nível das relações de produção: como ouvir o produtor, levar em consideração o que ele diz, como ouvir a todos, tentar elaborar uma síntese da posição de todos, respeitar o saber fazer de cada um... Eu acho que, nesse nível, no nível das relações de produção, no caso, relações de produção de projeto, relação de produção de políticas públicas, eu acho que a mesma crítica vale, perfeitamente.

RK Uma pergunta “cabeluda”: depois de uma mudança radical nas relações de produção, como uma arquitetura pode continuar a ser crítica, dentro do novo sistema instaurado?

SF A propósito dessa arquitetura do “depois”... Nós tínhamos, o Rodrigo, o Flávio e eu uma posição da qual o Artigas não gostava muito, que é a seguinte: suponhamos que haja uma revolução, uma transformação: “bum!”, mudou. É pouquíssimo provável que tenha havido, nesse período, uma evolução das forças produtivas e das técnicas de produção. Ao contrário: é bem possível, e bem provável, que muita coisa tenha sido destruída, não é? É possível que a situação que a gente encontra depois, no nível da produção, seja pior, depois de uma revolução, de uma grande transformação. É bem possível, bem provável, que as condições materiais essenciais de produção estejam em condições piores daquela que nós encontramos hoje. No nível mais simples... Máquinas vão ser destruídas, certos produtos não vão estar sendo produzidos, o sistema de água, o sistema de esgoto, estarão arrebentados... Nunca poderíamos supor que as forças produtivas estariam milagrosamente mais avançadas. Daí nossa preocupação em olhar a manufatura da construção hoje com muito cuidado. Depois que acabar toda essa “zorra”, digamos, numa situação em que a gente possa realmente instalar relações outras de produção, o aparelhamento técnico e o modo de produzir vão ser os mesmos: nossa velha manufatura, o mesmo tipo de profissionais, o mesmo tipo de associações... Nós teríamos portanto que pensar a modificação a partir dessa manufatura que está aí, e que nós conhecemos, com a qual nós trabalhamos hoje. Em condições negativas. Toda a questão seria passar a trabalhar com os mesmo elementos, mas em condições positivas. Todo o nosso cuidado em dividir as equipes, separar, fazer com que cada uma mantivesse sua autonomia, tudo isso, era uma espécie de preparação, para a gente poder, num certo momento, dizer: “a situação é essa, a construção, o modelo de produção é esse; entretanto, a gente pode corrigir isso, corrigir aquilo, para que cada um possa participar em melhores condições e, pouco a pouco, as relações de hierarquia de trabalho possam ser modificadas”. O que transforma um pouco a ideia que a gente tem de prospecção – como vai ser no futuro. A nosso ver, o futuro vai ser – num primeiro momento –, como hoje ou pior. Para a gente se preparar para uma modificação – que a

² O texto de Rodrigo Lefèvre intitula-se “Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo”. Trata-se de trabalho apresentado na 30ª Reunião Anual da SBPC, na mesa redonda “O papel da renda da terra no padrão de crescimento das grandes metrópoles”, da qual também participaram Paul Singer e Gabriel Bolaffi, além de Ferro e Lefèvre. Foi apresentado logo após em um seminário aberto promovido pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), em novembro de 1978. Cf. LEFÈVRE, 1979.

³ Refere-se aos “Fóruns de Ensino”, organizados anualmente por alunos e professores da FAU/USP, com o intuito de debater aspectos relacionados ao ensino e ao currículo escolar, dentre outras questões.

gente acreditava que ia acontecer naquele período – a melhor coisa é conhecer o hoje, aquilo que nós temos hoje, tanto em termos de materiais, quanto em termos técnicos, quanto em termos de “savoir faire”. E isso sempre pareceu, ao Artigas e aos outros, como uma posição reacionária. Eles nos chamavam de “arquitetos de tijolo e areia”, e coisas desse tipo. Mas, no fundo, era uma posição extremamente realista. Ao invés de sonhar com uma tecnologia que não existia, sonhar com um avanço da produção que provavelmente não ocorreria, fincar o pé no hoje e partir disso... fincar o pé no hoje, já seria estar com o pé no amanhã.

RK Será que o Rodrigo tinha isso em mente quando ele fez a dissertação de mestrado dele [defendida na FAU/USP em 1981]? Acho que é um pouco isso, não é?

SF É isso, exatamente. Como a ideia de transformar o próprio canteiro em um instrumento de modificação dele mesmo.

RK Sérgio, como ficou, no final dos 60, início dos 70, a sua relação, por exemplo, com toda essa coisa de ter que ir para a França, a sua relação no debate com o Roberto Schwarz, com o Chico de Oliveira e outros?

SF Cessa totalmente. Um pouquinho menos com o Roberto, pois ele estava lá [na Europa]. Ficou um tempo ainda lá, no exílio. O Roberto fez uma primeira leitura do texto O canteiro e o desenho, da qual, aliás, ele não gostou, num primeiro momento. Ele gostou mais da segunda parte, a do “desenho”. Ele achou a do “canteiro” muito dura, muito “operariado”... Mas com o Chico não havia mais condições de diálogo próximo. E, ao mesmo tempo, eu tinha que começar a dialogar com outros interlocutores, os “de lá”. A situação lá era bastante confusa, sobretudo no plano da arquitetura, um “bordel”... Na França, eles tinham destruído completamente o ensino de arquitetura, que era um ensino horroroso, um modelo do século XIX ainda. O meu foco de atenção saiu daqui e foi pra lá... Por razões pessoais eu não pude ficar em Paris, e fiquei longe do grupo dos exilados principais, fiquei numa distância grande dos exilados mais ativos, os que estavam em Paris. Por outro lado, eu logo assumi na escola [de Grenoble] uma posição com uma certa importância. Mas não por minha causa: eles tinham derrubado tudo, não

tinham nada, a menor ideia do que fazer com a escola de arquitetura. E eu tinha vindo do debate aqui com o Artigas, do Fórum de 62, Fórum de 68, eu estava “instrumentado”³. Daí, desliguei um pouco das questões daqui. Renovei um pouquinho depois, quando eu pude começar a voltar ao Brasil, a partir de 77, eu acho, na reunião da SBPC.

RK E Você poderia falar um pouco sobre a militância política naquele momento, sobre a ALN, a ruptura com o PCB, principalmente o dilema “reforma versus revolução”?

SF Bom, o desligamento do PC dá pra compreender com aquilo que eu falei ainda há pouco, não é? Ou seja, divergência total de posição. Quando começou a se organizar um pouco a resistência ao golpe, a múltipla resistência ao golpe, eu era, já dentro do Partido Comunista, bastante próximo do grupo do Marighella. Começou a contestação dentro do Partido, antes de romper. Quando saí do PC, saí com a ALN, um grupo que não acreditava mais na burguesia nacional progressista, na possibilidade de uma transição pacífica... e que via que o governo já havia começado uma repressão muito violenta. A repressão começou bem antes de qualquer resistência mais atípica. Começou a aparecer tortura violentíssima, e muita morte, e sobretudo morte de estudante, dos estudantes mais “jogados”, mais corajosos, o que é típico dos jovens... Eu, nesse período, tive inúmeros estudantes, que naturalmente se aproximavam de mim como professor. Não só de arquitetura, houve outros... E pouco a pouco foram “sumindo”. Acabou se tornando uma situação totalmente insustentável... Ficava ali fechadinho como professor falando e os alunos morrendo. Sobretudo, uma das tônicas da ALN era a indistinção hierárquica, não havia nunca distinção hierárquica entre ninguém. Daí tinha que estar junto com todos os outros, militando da mesma maneira.

RK Havia a visão de uma revolução socialista?

SF Era muito mais, no começo, uma resistência. A esperança era que chegássemos a uma sociedade socialista. Mas o momento era muito mais de resistência. Quando você lê os panfletos do Marighella, você vê que ele se dirige à classe operária... e mais “todos os que possam, por uma razão ou por outra, resistir”. Aí o pessoal achava os textos do Marighella muito imprecisos do ponto de

vista “Marx”; não eram o apelo à classe operária, aos camponeses, somente, mas também às donas de casa, todo mundo... Era portanto muito mais, no começo, uma luta de resistência armada. O VPR já era um pouquinho diferente, já era um pouquinho mais dirigido a uma revolução socialista.

RK Uma última pergunta, para fechar: como você avaliaria a arquitetura elaborada entre 1964 e 1973 em São Paulo sob o prisma da cultura, ou seja, com relação às outras artes?

SF Eu tenho um artiguinho escrito nessa época, sobre a “Arquitetura Nova”, sobre a arquitetura paulista naquele momento, em que a tese de base é: houve uma teoria, uma prática de arquitetura que se desenvolveu com a esperança de uma transformação social; com o golpe, essa mesma linguagem, essa mesma fala, começou a ser utilizada para outros fins, deu uma embaralhada, ficou a forma, não ficou o conteúdo, e com isso a própria forma vira um maneirismo, e etc. E eu acho que, um pouquinho, isso vale para as outras áreas da cultura nesse momento...

RK Você falou em negatividade, e em proposição, positividade... você tinha contato, chegava aqui no Brasil a produção, por exemplo, de um historiador como o Manfredo Tafuri?

SF Não. Ainda não. O Tafuri eu conheci na Europa.

RK Quando a gente lê os seus textos, e os textos dele, parece que é quase como se houvesse uma comunicação... mas não tinha, não é? Lembrei disso

porque ele fala sobre a “dialética da vanguarda”, sobre a “ideologia do Plano” – embora ele esteja falando, no caso, da arquitetura moderna...

SF Não, não havia nenhuma comunicação. Eu cheguei lá e li, e “adorei”. Mas foi muito mais uma convergência do que comunicação...

RK E depois ele também vai estudar o Renascimento, o Leonardo [da Vinci]...

SF Também... a fonte é a mesma, não é? Exatamente isso. A Ana Paula [Koury] acha que há uma grande semelhança entre o que eu escrevi naquela época e o que o Caio Prado Jr. [escreveu]. E eu não tinha, não sei o porquê, por um acaso, por distração minha, por “burrice” minha, nunca eu li muito o Caio. Ela [Ana Paula] me disse assim: “é tão igual!”. A fonte é a mesma, não é – o Marx? Tanto quanto o Tafuri quanto o Caio: voltar a ler Marx, com o olho não muito deformado pelo Partido.

Referências bibliográficas

FERRO, Sérgio; LEFÈVRE, Rodrigo. Proposta inicial para um debate: possibilidades de atuação. In: FERRO, Sérgio; ARANTES, Pedro Fiori (org.). Sérgio Ferro: arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 33-36.

FERRO, Sérgio; LEFÈVRE, Rodrigo; IMPÉRIO, Flávio. Arquitetura experimental. In: FERRO, Sérgio; ARANTES, Pedro Fiori (org.). Sérgio Ferro: arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 37-44.

LEFÈVRE, Rodrigo. Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo. In: MARICATO, Ermínia (org.). A produção capitalista da cidade (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 95-116.